



SETOR ELÉTRICO
VIOLÊNCIA
As punições continuam

Nº 146
15/08/91

“Disponíveis” não aceitam situação: querem trabalhar

Dos 159 empregados em residências de obras da Eletrosul, 100 foram colocados em disponibilidade. Tem gente que está nesta situação há quase dois anos. Gente que já pensou seu futuro de várias maneiras, desde as mais otimistas — como um retorno honroso e cheio de glória ao trabalho — até as mais negras — como o suicídio.

O que sente uma pessoa colocada em disponibilidade? O que significa de repente — depois de 18 ou 20 anos de serviços à empresa — ter que interromper a rotina diária de sair de casa e ir trabalhar, de ter um futuro certo pela frente, de se sentir útil e pertencente ao mundo das pessoas que lutam, trabalham e tem seu lugar neste mundo?

A humilhação parece ser o sentimento mais comum. O fiscal de obras com 18 anos de empresa e há um ano e oito meses em disponibilidade? O que significa de repente — depois de 18 ou 20 anos de serviços à empresa — ter que interromper a rotina diária de sair de casa e ir trabalhar, de ter um futuro certo pela frente, de se sentir útil e pertencente ao mundo das pessoas que lutam, trabalham e tem seu lugar neste mundo?

A humilhação parece ser o sentimento mais comum. O fiscal e obras com 18 anos de empresa e há um ano e oito meses em disponibilidade, diz que se sente “imoral. Prá mim é sempre domingo ou feriado. O que faço para me pagarem aquele salário no fim do mês? É imoral. Conheço todas praias deste lugar. A vizinhança pensa que sou traficante ou ladrão”.

Mas o pior de tudo é a exigência de assinar todo o dia o ponto. “Quantas vezes fiz isto deitado na cama, sem vontade nem de levantar. São 18 anos na empresa de um serviço honesto. Eu gosto, sempre gostei da Eletrosul. Me casei dentro dela, estou criando meus filhos dentro dela. Eles só ouvem falar de Eletrosul. Tenho vontade de trabalhar e estou capacitado. Não entendo qual o critério para fazerem isto comigo. As vezes me revoltado e penso que se eu fosse desonesto estaria ainda trabalhando. E agora? Como é que chego em casa e digo que continuo desempregado? Meus filhos me pedem quando é que vou trabalhar e eu parecendo um louco brigando por qualquer coisa”.

A funcionária administrativa, 4 anos de empresa em residência de obras de transmissão, que foi posta há poucos dias em disponibilidade, ainda está surpresa. “Não esperava isto. Fico pensando porque entrei nesta. Será que é porque falo demais? Talvez porque prefiro defender um colega de trabalho antes do que a empresa? Ou será porque briguei quando o pessoal da limpeza perdeu o direito à refeição?”

Ela faz e refaz na sua cabeça a cena de quando recebeu a carta colocando-a em disponibilidade. “Li, assinei, datei e aí comecei a chorar. Entre aquele



monte de coisas que passam pela cabeça da gente, cheguei a pensar que se sofresse um acidente a empresa teria que pagar um seguro altíssimo para minha família. A gente pensa em tudo. Todo mundo me diz que prá mim é mais fácil porque sou solteira. Sei que a situação dos outros é pior, mas este é um momento delicado para todo mundo”.

Com alguma amargura ela lembra do dia em que entrou na empresa. “Tinha aquele sonho lindo, achei que seria o início de uma carreira. A gente fica segura consigo mesma e principalmente útil. Eu acho que vou voltar. Eles vão ter que me chamar de volta, pelo menos até novembro. Mas e depois? Vai ser aquele terrorismo, indecisão? Eu sei que depois que você recebeu a primeira carta você está na lista negra. Já tô marcada”.

Para alguns a disponibilidade acontece em momentos já bastante difíceis da vida. É o caso do fiscal de obras, com 16 anos de empresa. Ele está saindo de uma separação, tem duas pensões alimentícias para pagar e faltam cinco anos para a aposentadoria. “Já pensei em suicídio. Eu tenho uma arma em casa. A minha situação é difícil. Já procurei emprego, enviei currículo para os mais diferentes lugares. Quem é que vai me empregar com a minha idade? Quem é que vai dar emprego para alguém com uma especialização profissional tão específica, e alguém que logo estará se aposentando?”

O objeto de revolta de cada um varia. Para o fiscal de obras é o DRH (Departamento de Recursos Humanos). “Fizeram de menos da minha capacitação profissional. Não consideraram minha pesquisa, que acabou num método usado em caráter geral dentro da empresa. Deveriam ter visto minhas qualificações pessoais antes de tomar esta atitude. Estou apto para qualquer teste, podem me encaixar em qualquer lugar. O DRH deveria ser mais atuante. Onde estão aquelas psicólogas e assistentes sociais?”

DENÚNCIA

Celesc pagou salário de funcionário da CGT

Adriano Pedro Maia, 20 anos, office-boy, seria mais um exemplo de trabalhador demitido que procura seu sindicato para tentar a reivindicação, se não fosse o fato de ter trabalhado por cinco meses para a CGT (Confederação Geral dos Trabalhadores) com salário pago pela Celesc.

Em abril deste ano (ver carta a baixo) o chefe do Departamento de Recursos Humanos da Celesc, Carlos Vicente Sampaio, pedia a rescisão de contrato de Adriano, “que se encontra à disposição da Confederação Geral dos Trabalhadores”. O pedido era encaminhado à empresa Rioforte, locadora de mão-de-obra para a Celesc.

Esta carta — que prova o envolvimento direto da Celesc com a CGT — estava junto com a documentação que Adriano trouxe para o sindicato para abertura de processo de reintegração. Ele está inconformado com a rescisão de contrato, após três anos de serviço e procura, por intermédio da justiça, uma forma de voltar a trabalhar para a Celesc.

Dos cinco meses em que trabalhou no escritório da confederação Adriano conta que fez os mais diversos serviços. “Além de office-boy foi também faxineiro e até copeiro. Era um bom serviço”. Lembra que trabalhava sob as ordens de Sérgio Machado e Ademir Azevedo, os dois dirigentes da CGT, e “outros que também eram empregados pela empresa”. Segundo Adriano a Celesc pagava ainda “as despesas de condomínio e o telefone”.

Adriano começou a trabalhar para a Celesc em março de 88, já como office-boy. Na época exercia suas funções no escritório da empresa, no prédio Hércules, centro de Florianópolis. Em novembro do ano passado quando todos funcionários foram passados para o prédio central do Itacorubi, o pai de Adriano, Brás Maia, trabalhador de área de segurança, há 21 anos na Celesc, pediu para “o Petry do DRH que deixasse o menino pelo centro já que moramos na Ivo Silveira e assim não precisaria de dois ônibus para ir para o trabalho. Foi quando transferiram ele para a CGT”.

Enquanto a reintegração não vem Adriano procura emprego. “O salário desemprego não saiu até hoje e tenho que pagar 13 mil cruzeiros por mês para a escola (segundo fase do Colegial). Quem está pagando é o pai que até teve que pedir empréstimo para levar a coisa.” O sonho de Adriano é ter de volta o emprego na Celesc para continuar estudando “até onde for possível, e ser alguém na empresa”.



CNE define eixo da campanha

A garantia de emprego é a questão central da campanha salarial deste ano, entende o Comando Nacional dos Eletricistas. E, para que esta cláusula esteja em pleno vigor no dia 1º de novembro a campanha deste ano terá que ser antecipada. O CNE após uma avaliação observou também que existe um problema sério de mobilização e até mesmo de organização da categoria. Portanto, não é possível se pensar em greve. O que deve ser feito é manter o processo de campanha extraordinária tornando-o permanente até a data-base. A pauta e reivindicações deverá ser entregue o quanto antes para que as negociações sejam abertas na primeira semana de setembro. O comando que inverte o cronograma dos outros anos: no dia 1º de novembro o empregado já deverá saber como vai ser seu novo contrato de trabalho.

ELETROSUL

Dia 20 é o dia da resposta

Dia 20 de agosto é o prazo limite definido em Assembleia para a Eletrosul resolver o problema de cláusulas defasadas, descumprimento do acordo coletivo e de decisão do TST e sanar irregularidades apontadas em carta entregue à direção da empresa no dia 13 de agosto pela Intersindical. No dia 20 de agosto a Intersindical e os empregados fazem uma vigília, no hall da sede da empresa das 8h30min às 9h30min para esperar esta resposta.

Do acordo coletivo está sendo descumprida a cláusula de horas extras (a empresa está decidindo arbitrariamente os critérios de compensação) e a cláusula 14 que trata do transporte a locais de difícil acesso (retirando transporte de pessoal para obras como Jacuri, subestação de Jtá e Complexo Jorge Lacerda). A afronta ao TST diz respeito ao reajuste salarial de novembro/90 (deveria ter sido pago logo após o julgamento e com juros referentes ao atrasado dos reajustes).

Indo mais longe porém é Eletrosul está cometendo irregularidades como a coação de operadores a executarem tarefa para as quais não foram contratados; deixando sem médico desde 3 de maio o complexo termoeletrônico de Tubarão e desde 2 de abril a obra de Itá; e pior: se apropriando dos salários, descontando mas não repassando o pagamento aos médicos credenciados.

Em Furnas a mobilização já começou com paralizações de uma hora por dia que se ampliarão para uma hora e meia. Para o comando nacional, se nas outras empresas o quadro de avaliação não está motivando ações tão contundentes deem ser buscadas novas formas de mobilização para que se chegue à época de negociações com um clima homogêneo em toda categoria.

Nos dias 23, 24 e 25 de agosto acontece em Luiziana (Brasília) o IV Enel, com a definição da pauta, avaliação do comando nacional e estrutura e organização da campanha. Será também eleita a nova executiva nacional. Os delegados para o IV Enel deverão ser tirados em assembleia na proporção de uma por cada 800 sindicalizados; mais um por entidade sindical e um representante por sindicato que está na executiva nacional.

Também não está reembolsando o empregado das despesas médico-odontológicas. Colocando em risco a segurança e degradando as condições de trabalho, tirou os serviços de vigilância e limpeza das subestações. O passivo trabalhista da empresa está aumentando enormemente pelo descumprimento de acordos e por não pagar as diferenças salariais e verbas rescisórias dos demitidos. Finalmente como se tivesse o poder de mudar a lei, a empresa, unilateralmente vem alterando a forma de pagamento do adicional de periculosidade, com redução de salários e ignorando a súmula do TST não paga a indenização devida aos funcionários de obras, que trabalham 44 horas semanais (4 horas extras) e que tiveram seu salário normalizado para 40 horas.

Fechando a série de problemas está a defasagem do Vale Restaurante, os valores referentes a despesas médicas, vale refeição e auxílio creche. Neste último caso os empregados beneficiários estiveram conversando com o diretor-presidente, Amílcar Gazaniga, que assumiu que há defasagem e se comprometeu a resolver o mais rápido possível (levando a reunião de diretoria do dia 14 de agosto). Esta questão foi levado em assembleia e foi anexada à carta entregue à direção da empresa no dia 13.

Governo rima arrocho com medida provisória

Prefixação, indexação e livre negociação formam rimas pobres com a palavra recessão. Mas é a disputa entre os que defendem cada uma dessas expressões, cristalizada em 14 projetos que tramitam no Congresso Nacional, que estabelecerá uma nova lei salarial para o Brasil, até o final do mês.

Um "desafio" envolvendo muita retórica, com o risco de terminar em trovas desafiadas, se o governo insistir em rimar, na marra, arrocho com medida provisória.

Em 31 de agosto perderá a vigência a atual lei salarial, que, desde abril de 1991, concedeu aos salários abonos em cruzeiros e reajustes não incorporáveis conforme a variação nominal de uma cesta básica com valor estipulado em Cr\$ 29.600,00, mais um valor fixo de Cr\$ 3 mil. Desde o começo do governo Collor, o país teve nove medidas provisórias e duas leis salariais, que não tiveram a intenção de repor a inflação acumulada do período, que chegou a 1.623,22%, segundo o Índice do Custo de Vida do Dieese.

Até junho, deste ano, a legislação salarial conseguiu reduzir o poder de compra dos salários de 51 categorias profissionais a níveis entre 22% e 68,3% do que valiam em março de 90, segundo estudo do Dieese divulgado na se-

mana passada. Os bancários foram a categoria que mais perdeu: os salários têm apenas 22% do poder de compra de março de 90.

O governo apostou no arrocho para combater a inflação. Agora, o ministério da Economia defende a livre negociação entre patrões e empregados, e mecanismos de proteção apenas para o salário mínimo, que passaria a valer Cr\$ 34 mil, em setembro. O projeto de lei foi enviado ao Congresso ainda pela antiga equipe econômica, capitaneada pela ministra Zélia Cardoso de Mello. Para o governo, mecanismos de indexação salarial provocam inflação (leia artigo abaixo).

Os partidos de oposição lançam versos duros nesse "desafio" onde está em jogo a própria política econômica do país. A Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público do Congresso Nacional propôs dois substitutivos ao projeto de lei do governo, um sobre política salarial e outro apenas para o salário mínimo.

A proposta da comissão prevê reajustes mensais com base em um índice prefixado de inflação, anunciado no dia 1º de cada mês, para as faixas até sete salários mínimos. Se a inflação do mês subsequente for maior, o índice restante será repassado aos salários três meses depois. Se a inflação for me-

nor, o empregador acumulará um "crédito", a ser descontado dos trabalhadores na data-base. Acima de sete salários mínimos, valerá a livre-negociação.

Para a comissão, o salário mínimo valerá Cr\$ 47 mil a partir de setembro, com reajuste mensal pelo índice de variação da cesta básica prevista na Constituição, de nove itens básicos para a vida do trabalhador (habitação, educação, saúde, transporte, alimentação, vestuário, previdência social, lazer e higiene). Além disso, o salário mínimo receberá um adicional mensal de 1% e, anualmente, o percentual de crescimento do Produto Interno Bruto. A intenção da Comissão de Trabalho é elevar o valor do mínimo a 300 dólares até o final do governo Collor.

Fora da comissão, PDT e PT ainda reivindicam a reposição das perdas relativas ao Plano Collor, ao Plano Verão e ao Plano Bresser, a todos os salários. Alguns setores do PSDB reivindicam indexação total até três salários mínimos e indexação parcial até dez.

O fato mais significativo da semana passada, nessa disputa pouco poética pela proteção aos salários dos brasileiros, foi a reunião da direção da Central Única dos Trabalhadores com o ministro da

Economia. Marcílio Marques Moreira, no dia 7. A CUT, através do presidente Jair Meneguelli e do secretário-geral Gilmar Carneiro dos Santos, entregou a Marcílio um documento de nove páginas onde reivindica um salário mínimo de Cr\$ 47 mil retroativo a março, reajuste mensal pelo índice da inflação do mês anterior medido pelo Dieese, reajuste geral de 50% para todos os salários retroativo a primeiro de agosto, negociação do saldo das perdas por categoria, correção real do índice do Imposto de Renda e o estabelecimento do Contrato Coletivo de Trabalho.

O ministro reafirmou a Meneguelli a posição do governo, de não negociar indexação. O presidente da CUT desabafou, depois da reunião: "Não aguento mais essa conversa. Se o governo gosta ou não gosta de indexação de salários não interessa. Só existe duas maneiras de manter o poder de compra dos salários: ou não haver inflação, ou indexar. E é do governo o papel de controlar os preços".

Na ladainha entoada pelo governo, os brasileiros devem colaborar na redução da inflação e negociarem diretamente com os empregadores os índices de reposição. Mas a livre-negociação do governo não é a mesma defendida



Delman Ferreira
Sec. da CUT Nacional

Sindicato Cidadão (I)

O sindicato deve, inquestionavelmente, lutar por melhores salários. "Por melhores condições de vida". Vejamos, então, o que significa "melhores salários".

Tomemos, por exemplo, um casal com três filhos, tido como família média brasileira. Que tenha uma renda familiar mensal de um milhão de cruzeiros. Um nível salarial bastante alto para a CELESC e ELETROSUL, e que significa 40 vezes os salários mínimos. Que, a primeira vista, deve garantir um padrão confortável de vida.

O governo confisca entre 30% e 35% a título de impostos, previdência, fundações, etc. Deixando por 30% seriam 300 mil cruzeiros. Se os três filhos estivessem em idade escolar, considerando que a mensalidade da escola privada está na faixa dos 50 mil cruzeiros, seriam, 150 mil cruzeiros. Como os currículos escolares são incompletos, de complemento educacional (inglês/francês, ou balé, ou música, etc) nosso casal gastaria outros 150 mil cruzeiros de investimento nos filhos.

Tamando por base o aluguel de uma casa/apartamento de três quartos, teríamos um gasto com moradia de 120 mil cruzeiros. Como pessoas instruídas, nosso casal não desprezaria, em hipótese alguma, os gastos com saúde (médicos, dentistas, ginecologistas, aparelhos, etc), tomando-se por base estas instituições de saúde privada, este novo filão e os bancos descobriram (Hospital, Bradesco-Saúde, Golden Cross, etc) teríamos um investimento da ordem de 100 mil cruzeiros para cinco pessoas. Somando os gastos básicos teríamos até agora 820 mil cruzeiros. Sobram 180 mil que seriam divididos entre: alimentação (rancho, feira, pão, leite, etc) 80 mil cruzeiros; salário de uma empregada doméstica 50 mil cruzeiros ou uma faxineira semanal 20 mil cruzeiros; prestação do carro, que as "carroças brasileiras" precisam ser trocadas a cada dois anos; combustível para o carro, e outras coisas. Nitem que não incluamos: um cachorro, que todos sonham com um animal de estimação, cervejinha com os amigos, férias do casal, férias dos filhos, reforma da casa, festas de aniversário ou casamento e outras, para as quais nosso casal é convidado e tem que levar presentes, comprar roupas para se apresentar bem. Assim como não incluamos roupas ou qualquer desses modelos que a TV bombarda.

Nosso casal, que tem um salário alto para os padrões CELESC e ELETROSUL, repito, está tentando viver apenas dentro da normalidade, sem exageros tipo viagem à Europa ou à Púdesnylandia, ou casa na praia, ou 2 carros, ou qualquer "desvio" que pudesse ser considerado ostentação. Mesmo assim, vai ter que sacrificar alguma coisa para equilibrar o orçamento. Educação dos filhos? Lazer? Carro novo?

O QUE SIGNIFICA UM BOM SALÁRIO? Nosso casal começa então a procurar alternativas. Negócio próprio. E haja criatividade! E se atira, desarmado, despreparado, sem vacinas, na selva da livre-concorrência, onde vale-tudo é a única lei que existe. Onde quem tem dinheiro, tem espaço, sobrevive. Mas, nosso casal está buscando alternativas, exatamente, porque não tem dinheiro! Como ter dinheiro para poder participar do paraíso do mercado livre e garantir o mesmo padrão de vida? Seja o que Deus quiser, se é que Deus existe na selva da livre-concorrência.

O que é que o sindicato pode fazer pelo nosso casal? O sindicato tradicional, oficialista ou de resultado? Nada. E aqui que entra o conceito de sindicato-cidadão. Que não abstrai o trabalhador do mundo. Que não vê apenas o eletricista, ou o bancário, ou o metalúrgico ou qualquer corporação.

O sindicato-cidadão vê o trabalhador como um indivíduo que educa seus filhos, precisa de moradia, de saúde, lazer que existe dentro de uma sociedade.

O sindicato-cidadão é um sujeito social que conhece as responsabilidades do Estado. Por exemplo: para garantir melhores condições de vida, educação, saúde e salários para nosso casal, o sindicato-cidadão luta, também, por Ensino Público Gratuito e de Boa Qualidade, economizando quase 30% da receita de nosso casal. Luta para que a Previdência Social cumpra o papel para o qual existe - saúde para todos e com qualidade. Economizamos mais 10% dos ganhos de nosso casal. Como ético e moral, por uma nova cidadania. O que pretendemos deixar claro é que a luta "por melhores condições de vida" é extremamente abrangente. Exige do sindicalista e do trabalhador que acima de tudo se perceba enquanto cidadão. E ser cidadão é exercer com radicalidade a indignação! É impedir que destruam o Brasil!

O sindicato-cidadão investe em cultura, pois entende que cultura é um bem universal, não podendo ser privatizada, de acesso apenas aos privilegiados.

Poderíamos discorrer muito mais tempo sobre esta concepção de sindicato-cidadão (em outro artigo abordaremos o papel do sindicato-cidadão na disputa por uma nova hegemonia na sociedade, por novos valores éticos e morais, por uma nova cidadania). O que pretendemos deixar claro é que a luta "por melhores condições de vida" é extremamente abrangente. Exige do sindicalista e do trabalhador que acima de tudo se perceba enquanto cidadão. E ser cidadão é exercer com radicalidade a indignação! É impedir que destruam o Brasil!



Está pronta a defesa de Mauro Passos

Nesta quarta-feira será entregue à Justiça do Trabalho as contra razões que farão frente ao recurso interposto pela Eletrosul contra o presidente do Sinergia, Mauro Guimarães Passos. No início de agosto o sindicalista teve decisão favorável da Justiça contra o pedido da empresa que queria a suspensão do seu contrato de trabalho por "falta grave" durante a greve do ano passado. A empresa não se conformou com a decisão da Justiça e por isto está recorrendo. As alegações do recurso e a defesa, comandada pelo advogado Nilo Kaway Junior, serão relatadas na próxima edição do Linha Viva.

Debate vai discutir a saúde institucional

Dias 16 e 17, na Assembleia Legislativa, acontece a etapa municipal da IX Conferência Nacional de Saúde, para discutir a reforma

sanitária e a implantação do SUS. Na sexta-feira logo após a abertura às 8h30min, acontece a primeira palestra sobre "Sociedade, Governo e Saúde", com João José Candido da Silva, de Brasília. A conferência seguinte é sobre "Municipalização" com o paulista Gilson Cássia Marques e terá como debatedores Garcia e Flavio Valente. A terceira palestra é de Ricardo Okel, de Brasília, sobre "Financiamento". E financiando as atividades da manhã uma conferência sobre o "Gerenciamento do Sistema e Política de Recursos Humanos", com José Eri Ozório Medeiros e debatendo o vereador Victor Schmidt. A tarde acontecem os trabalhos em grupos.

No sábado pela manhã a primeira palestra é sobre "Controle Social", com Luiz Cordone seguida por uma apresentação dos Conselhos Municipais de Saúde e finalizando com trabalhos em grupo. A plenária final acontece à tarde com encerramento previsto para às

17h30min.

Em setembro, nova plenária sobre o jornal

Deve acontecer na segunda quinzena de setembro a plenária intersindical que vai deliberar sobre a criação do Jornal Unificado Intersindical, proposta que vem sendo debatida há alguns meses com base em uma proposta do NOIS - Núcleo Organizado de Imprensa Sindical. Até lá a discussão estará sendo feita nas entidades com base em um levantamento técnico que aponta detalhes editoriais, administrativos e financeiros para o funcionamento do futuro jornal. Cada sindicato, em função desta proposta, deverá rediscutir a sua política de comunicação.

Sinergia comemora seus 30 anos de ação

Está em fase de conclusão a campanha publicitária que comemora os 30 anos de Sinergia, que serão completados em setembro. Carta-

zes, adesivos e camisetas estão sendo criados e produzidos pela Contexto Oficina de Comunicação e em breve estarão circulando entre os eletricistas. O departamento cultural de entidade está preparando uma intensa programação que promete trazer grandes nomes para participar de um ciclo de debates. Além disso, haverá exposições e o lançamento de uma publicação especial. O slogan da campanha é sugestivo: Sindicato cidadão - vida por inteiro.

Adiada primeira rodada de negociação

A reunião que marcaria a abertura das negociações relativas à campanha salarial deste ano na Celesc acabou não acontecendo no dia 9, como havia sido combinado. A empresa disse que precisava de mais tempo para discutir internamente as reivindicações dos eletricistas e marcou para a próxima segunda-feira, dia 19 esta primeira rodada.

Governo burla Constituição para distribuir TV por cabo

Rápida e silenciosamente poderosos grupos econômicos estão viabilizando - sem licitação pública e apreciação do Congresso - o controle de sistemas de TV por cabo no País. Com o patrocínio do atual governo e do anterior a Constituição está sendo burlada para manter concentrado no Executivo poder de outorga das novas tecnologias de comunicação (teletexto, videotexto, TV via UHF, TV por assinatura, TV por cabo).

O Governo Sarney fez o que os governos militares não se atreveram. Regulamentou, sem nenhum debate público, por Portaria Ministerial, a TV por cabos. Em dezembro de 1989, através da Portaria nº 250, o ministro Antônio Carlos Magalhães liberou as autorizações sem licitação pública, para a instalação de Sistema de Distribuição de Sinais de Televisão (DISTV). A nova denominação procurava afastar o estigma das manobras

já realizadas em torno da implantação da TV por cabos no Brasil em 1975 e 1979.

A portaria não permitia a geração própria de programas ou os demais serviços interativos típicos de um sistema de TV por cabos. No entanto, essa limitação não impediu que grupos econômicos se dispusessem a investir milhões de dólares na implantação de 94 sistemas de DISTV - suas redes de cabos. A intensa busca de autorizações e os pesados investimentos demonstram que a finalidade da Portaria era mesmo criar uma situação de fato: assegurar a implantação e o controle das redes para depois obter a liberação dos demais serviços.

É justamente isso que o Governo Collor está tentando assegurar. O Ministério da Infra-Estrutura publicou em 3 de junho deste ano, uma "Proposta de Norma para o Serviço Especial de Televisão a Cabo". Abandonou-se a singela denominação "DISTV" e se expôs o projeto no seu conjunto: permitiu que, sem licitação pública, os operadores do limitado serviço de DISTV passem a ser operadores de dezenas de canais de TV por Cabos.

Na regulamentação proposta a imensa maioria dos canais, em cada sistema, é destinada à exploração privado-comercial, restando um número irrisório de canais para uso comunitário ou público. Não estão definidos qualquer papel cultural ao novo serviço, como estabelece a Constituição e, principalmente,



não há referências a critérios de interesse social para autorização das redes.

Com essas práticas, o governo Collor, além de violar a Constituição, mais uma vez marginaliza o Congresso. E nos põe diante do seguinte absurdo: hoje, para se outorgar uma emissora AM de 0,5 KW, é necessária a homologação do Congresso. No caso de um sistema de TV por cabo de 100 mil assinantes com 50 canais, numa cidade como Rio ou São Paulo, será suficiente o aval de um funcionário de segundo escalão do ministério da Infra-Estrutura.

Também contrariando disposição constitucional a

regulamentação pretendida permite que, através das redes de TV por cabo, grupos econômicos explorem serviços de telefonia e de transmissão de dados. Está evidente uma estratégia de criar situações "de fato" e, sem debate público, proceder a privatização dos serviços de telecomunicações. O cerco já está sendo fechado: grupos que operam redes de televisão já controlam indústrias de telecomunicações e de informática, serviços de transmissão de dados e de telefonia móvel. Agora avançam, com o aval do governo, para controlar as redes de telecomunicações, inclusive satélites.

O que é TV por cabo

A TV por cabo não se confunde com a TV convencional nem com a TV por assinatura. Ao contrário destas, a TV por cabo exige, como suporte físico, uma rede semelhante ao do serviço telefônico, para fazer chegar aos usuários não só as emissões de mais de 50 canais em VHF e UHF, como também de rádio AM e FM, transmissão de dados e inúmeros outros serviços. Outra diferença é que no caso das TVs convencionais e por assinatura, uma concessão ou permissão possibilita a operação de um único canal. No caso da TV por cabo, uma autorização permite a ope-

ração de dezenas de canais e serviços.

Sabe-se que a TV por cabos, nos vários países onde já se implantou solidamente, alcança sentença de milhões de espectadores e tem papel fundamental em sua vida política, cultural e social. Está aí o exemplo da CNN norte-americana para demonstrar, como ocorreu durante a Guerra do Golfo, a influência que uma emissora vinculada aos sistemas de TV por cabos pode alcançar, a ponto de modificar as práticas diplomáticas e o jogo de poder mundial.

LINHA
aberta